

Cotta, do PSDB, acusa Comissão

O deputado mineiro Carlos Cotta, do PSDB, anunciou, ontem, que vai sugerir à direção do seu partido que proponha a formação de uma comissão suprapartidária incumbida de "avaliar" o comportamento dos integrantes da Comissão Mista de Orçamento do Congresso. Segundo Cotta, a maioria dos integrantes da Comissão demonstrou "degradante qualidade moral e política" durante a apreciação do Orçamento da União, votado sexta-feira passada no plenário, numa sessão que durou poucos minutos.

Em discurso feito no início da sessão de ontem, o representante de Minas fez duras acusações à Comissão Mista e ao presidente da Câmara, Ulysses Guimarães. Depois de observar que a comissão "trabalhou arduamente aos sábados, domingos e feriados", acrescentou Cotta: "Só que esse trabalho era realizado para saciar o interesse escuso da maioria de seus membros e de outros políticos que não faziam parte dessa nefanda Comissão".

Ainda segundo o deputado mineiro, a Comissão "agiu de acordo com a ganância voraz" e sob a "orientação fisiológica" de Ulysses, "contemplando, de um lado, a vontade descabida dos governadores", de rolagem da dívida dos seus Estados" e de outro contemplando "com a astronômica quantia de cinco bilhões de cruzados além do que fôra pedido pelo governo, a ferrovia Norte-Sul, que irá ligar nada a coisa alguma".

"Nessa tramóia da proposta orçamentária, precisamos salientar, para conhecimento da nação, a falta de dignidade e brasilidade do Presidente da Comissão de Orçamento, deputado Cid Carvalho, do relator da comissão, senador Almir Gabriel, do Presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena, da liderança do PMDB e do Presidente Nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães".

Além do discurso de Carlos Cotta, a troca de acusações em razão da pressa registrada na votação do orçamento prosseguiu ontem através de uma nota emitida pelo senador Dirceu Cardoso, na qual ele reage às insinuações do deputado José Serra (PSDB), de que teria participado de uma manobra para facilitar a aprovação dos recursos para a Norte-Sul, acusando Serra de ter chegado 45 minutos atrasado na sessão que decidiu a questão.